



A EVOLUÇÃO DA MULHER ATRAVÉS DO TEMPO

Évellin PRAMPERO SANTOS¹
Carla ROBERTA FERREIRA DESTRO²

RESUMO: Este artigo se propõe a apresentar a evolução histórica das mulheres até a chegada no mercado de trabalho, expondo a discriminação e a desigualdade de tratamento entre os sexos, não somente no trabalho, mas também na sociedade em que viveram e como a diferença de tratamento entre os gêneros colocou a mulher em situação de desvantagem quando finalmente conseguiu ingressar no mercado de trabalho. Explicar o que gerou as injustiças desigualdades que podem ser observadas atualmente, entre elas a diferença de salários e quais foram as suas origens. Para isso, foi realizada uma pesquisa baseada em consulta bibliográfica.

Palavras-chave: Mulher. Evolução. Religião. Educação. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho foi o melhor caminho para a busca da independência da mulher. Ter buscado se tornar economicamente independente foi o que possibilitou e abriu caminho para a sua emancipação. Ter conseguido o seu espaço no mercado de trabalho através dos anos foi a maneira que encontraram para tentar alcançar a isonomia entre os sexos.

Apesar de toda a luta, por seu histórico de opressão difícil de ser superado, as mulheres permaneceram atrás, muito longe de atingir a igualdade social em relação aos homens. Isso foi algo que pôde ser observado através dos anos nas relações de trabalho nas quais continuaram sendo discriminadas, recebendo menos, ocupando cargos mais baixos e enfrentando a jornada dupla de trabalho.

¹ Discente do 4º ano do curso de Direito do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. evellinprampero@hotmail.com

² Docente do curso de Direito do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Mestre em Ciências Jurídicas pela UENP. carladestroadv@gmail.com. Orientadora do trabalho.

Dessa forma, os objetivos foram analisar a história das mulheres em sua trajetória de busca por igualdade social e trabalhista, sendo expostos os acontecimentos históricos que as levaram a ser enxergadas e tratadas como foram e entendendo o que as impediu de obter a equiparação entre os sexos até os dias atuais. Para isso, foi utilizando o método de pesquisa bibliográfica com análise histórica.

O presente artigo foi organizado da seguinte forma: a história de como a mulher foi vista e tratada pela sociedade, como uma religião teve um forte influência para a sua imagem, a educação para mulheres, a caça às bruxas e finalmente como foi o ingresso e consolidação das mulheres no mercado de trabalho com a Revolução Industrial e as I e II Guerras Mundiais.

2 A IMAGEM DA MULHER NA HISTÓRIA

Por vários séculos, muito antes de conquistarem o seu espaço no mercado de trabalho, o papel da mulher na sociedade era voltado, única e exclusivamente, para a família. Era ela a responsável por cuidar do ambiente familiar, da casa, dos afazeres domésticos e dos filhos. Apenas ao homem competia trabalhar e ser o provedor do sustento da família.

Ao menos no período do Império, prevaleceu a ideia da "inferioridade natural" das mulheres. Foram excluídas das funções públicas, políticas e administrativas. Suas relações limitavam-se à domus, à casa, e eram governadas pelo pai, pelo marido ou pelo sogro (MACEDO, 1990, p. 9 apud PATTI, 2004, p. 23).

A figura da mulher era idealizada como alguém de extrema virtude, a figura perfeita da mãe que sempre ama e protege os filhos, porém, contraditoriamente, também foi tratada como inferior, uma propriedade de seu marido, alguém sem direito a escolha, como um ser indigno e, por vezes, até mesmo perigoso.

A autora Arilda Ines Miranda Ribeiro, no texto *“Mulheres Educadas na Colônia”* localizado em sua obra *500 anos de educação no Brasil*, afirma que as mulheres eram enxergadas, da mesma forma que as crianças e os doentes mentais, como o *“imbecilitus sexus”*, isto é, o sexo imbecil (ANDRADE, 2017).

A diferença biológica das mulheres para os homens foi um fator usado para colocá-las em uma posição de fragilidade, vulnerabilidade e delicadeza. Outras diferenças também foram usadas, como a capacidade de engravidar e a menstruação, que por muito tempo foi vista pela igreja e pelos homens como algo ruim, imundo e venenoso. Essa visão também afetava como viam as mulheres, que chegavam a se isolar neste período do mês, pois eram tratadas como impuras.

A menstruação foi assunto de debate até mesmo entre os autores eclesiais e cânones da Idade Média:

Para eles, esse sangue era tomado de malefícios, que matava a vegetação, impedindo a germinação das plantas, carcomia o ferro e deixava os cães raivosos. A recomendação era de que não se permitisse deixar a mulher que estivesse menstruada comungar, entrar na Igreja e muito menos participar dos ritos e tocar os vasos sagrados [...] (GEVEHR e SOUZA, 2014, p. 117).

Dessa forma, nota-se que a visão deturpada a respeito do corpo da mulher, assim como a ajuda da religião, foram pontos primordiais que contribuíram para a inferiorização e opressão do sexo feminino.

Entretanto, ao contrário do que muitos imaginam, as mulheres nem sempre foram colocadas como inferiores e sem possibilidade de autonomia econômica. Pesquisas arqueológicas apontam indícios de que as comunidades da Antiguidade seriam matrilineares, isto é, apenas a linhagem sanguínea da mulher era levada em consideração, sendo a mãe a base da família (LEITE, 1994).

A mãe interessava-se pelos filhos e havia um forte elo entre eles, o elo do sangue. A mais simples forma de organização familiar foi a da mulher com seus filhos, vivendo juntos no clã, algo semelhante ao que ocorre no reino animal dos mamíferos, onde a figura do pai é discreta e incomparável à da mãe, que provê com seu leite a sobrevivência dos filhotes, até que eles estejam preparados para enfrentar a aventura da vida. A mãe não pertencia ao marido, mas ao clã. Conhecendo-se a mãe, mas não o pai, a herança era traçada pela linha materna. Esta linha era usada como meio de traçar a descendência, elevando a importância da mãe no lar e na sociedade (LEITE, 1994, p. 22).

Naquela época, o papel da mulher e suas atribuições não eram desvalorizadas ou tratados de maneira secundária, possuía funções consideradas de extrema importância. Segundo Leite (1994, p. 20):

A mulher tinha a seu cargo todo o trabalho caseiro da tribo: mantinha a cabana em ordem, lenhava, cozinhava, e fazia as vestes e calçados. Foi ela

quem desenvolveu a agricultura ao redor do acampamento, iniciou a domesticação de animais, inventou a costura e a tecelagem e se dedicou à arte do cesto, da esteira e da cerâmica. Ao que tudo indica, foi ela também que teria iniciado um primitivo sistema de trocas [...].

Contudo, segundo Magalhães Filho (1983, p. 29 apud LEITE, 1994, p. 22):

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e sendo estes, em função da divisão do trabalho, fabricados e manejados principalmente por homens, a organização matrilinear transforma-se num entrave, pois o casamento significava, para o clã do marido, a perda de seu trabalho e de seus bens. Isto leva à inversão da estrutura familiar, passando a mulher para o clã do marido, dando lugar a clãs patrilineares.

Assim, com a ascensão do patriarcalismo, desapareceu qualquer traço ou possibilidade de autonomia econômica para as mulheres, levando a sociedade àquele sistema já conhecido de dominância masculina (homem provedor, o único que trabalha e sustenta a família) e submissão feminina (mulher responsável apenas pelo cuidado do lar e dos filhos).

3 A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO

A literatura religiosa, como as notáveis formadoras de opinião que eram para muitos fiéis, e continuam sendo até hoje, também foram um grande fator contribuinte para a maneira negativa que o sexo feminino era visto e tratado (GEVEHR e SOUZA, 2014).

Historicamente, as religiões não têm protagonizado mudanças sociais no que se refere à superação da noção de subordinação feminina. Ao contrário, frequentemente têm reforçado representações domesticadoras, traduzindo o ser mulher como ser virtuosa, o que implica dizer ser uma boa mãe, ser uma boa esposa, ser uma boa dona de casa, ser uma serva fiel na religião etc. Ser boa mãe, esposa, dona de casa e fiel religiosa implica reproduzir as normas já objetivadas que reservam às mulheres alguns atributos: fragilidade, submissão, cuidado (com filhos, maridos e atividades domésticas) etc. A exclusividade da religião como interventora no contexto familiar perdurou por séculos [...] (SOUZA, 2007, p. 19).

Além disso, existia uma evidente contradição entre a perfeição da mulher e a inferioridade, consequência da influência da literatura religiosa em que a mulher era representada tanto por Eva, a pecadora que comeu o fruto proibido e

condenou a humanidade, quanto por Maria, mãe de Deus, idealizada como perfeita e virginal (PATTI, 2004).

Tanto na realidade, quanto na literatura, a religião foi sempre dominada por homens. Eram eles quem escreviam, ocupavam a grande maioria dos cargos e os únicos a poder chegar aos mais altos. Às mulheres cabia apenas o convento e a devoção como exposto por Perrot (2007, p. 84):

O catolicismo é, em princípio, clerical e macho, à imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Eles detêm o poder, o saber e o sagrado. Entretanto, deixam escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria, antídoto de Eva. A rainha da cristandade medieval.

A consequência disso era a perpetuação da representação masculina da imagem da mulher, isto é, do que os homens pensavam que era, como deveria ser e se comportar, e até mesmo a desinformação a respeito do corpo feminino.

Ao exaltar a pureza feminina, os teólogos teorizavam a misoginia fundamental de uma cultura que o corpo da Igreja, instintivamente, adotou. Tomás de Aquino, por exemplo, qualifica a mulher como um macho incompleto, que tentou, por meio do sistema aristotélico, em uma atitude considerada científica, tirar o caráter sagrado das proibições referentes ao sangue menstrual. Para ele, este era o resíduo do sangue da digestão e também servia para formar o corpo do feto (GEVEHR e SOUZA, 2014, p. 117).

Ainda a respeito da predominância de representação masculina no âmbito religioso, traz Simone de Beauvoir (1967, p. 31-32):

[...] Geralmente, em virtude do papel que assume a religião na vida das mulheres, a menina, mais dominada pela mãe do que o irmão, sofre mais, igualmente, as influências religiosas. Ora, nas religiões ocidentais, Deus Pai é um homem, um ancião dotado de um atributo especificamente viril: uma opulenta barba branca: Para os cristãos, Cristo é mais concretamente ainda um homem de carne e osso e de longa barba louca. Os anjos, segundo os teólogos, não têm sexo, mas têm nomes masculinos e manifestam-se sob a forma de belos jovens. Os emissários de Deus na terra: o papa, os bispos de quem se beija o anel, o padre que diz a missa, o que prega, aquele perante o qual se ajoelham no segredo do confessionário, são homens. Para uma menina piedosa, as relações com o pai eterno são análogas às que ela mantém com o pai terrestre; como se desenvolvem no plano do imaginário, ela conhece até uma demissão mais total. A religião católica, entre outras, exerce sobre ela a mais perturbadora das influências. A Virgem acolhe de joelhos as palavras do anjo: "Sou a serva do Senhor", responde. Maria Madalena prostra-se aos pés de Cristo e os enxuga com seus longos cabelos de mulher. As santas declaram de joelhos seu amor ao

Cristo radioso. De joelhos no odor do incenso, a criança abandona-se ao olhar de Deus e dos anjos: um olhar de homem [...].

Reforçando o padrão de como era e deveria ser a sociedade, o homem era representado pelo divino, anjos e figuras heroicas com grandes feitos, enquanto as poucas representações das mulheres eram de servas submissas ou grandes pecadoras. Por um longo tempo, sem a devida representação, muitas mulheres acreditaram no homem como o salvador e na própria incapacidade de chegar onde eles chegaram, continuando a exercer sua submissão.

4 EDUCAÇÃO PARA MULHERES

Em razão de toda a cultura e das crenças da época, as mulheres eram proibidas de fazer coisas consideradas atualmente, na maior parte dos lugares, como básicas e fundamentais a todas as pessoas, independentemente de gênero. Entre elas, estava o direito de obter conhecimento. Apenas aos homens era concedido o direito de estudar.

Desde a noite dos tempos pesa sobre a mulher um interdito de saber cujos fundamentos foram mostrados por Michèle Le Doeuff. O saber é, contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso. As religiões do Livro (judaísmo, cristianismo, islamismo) confiam a Escritura e sua interpretação aos homens. A Bíblia, a Torá, os versículos islâmicos do Corão são da alçada dos homens. Para as Escrituras, eles são iniciados em escolas e seminários especiais, locais de transmissão, de gestual e sociabilidade masculinas. A Igreja Católica reserva a teologia aos clérigos que têm o monopólio do latim, língua do saber e da comunicação, língua do segredo também: coisas sábias e sexuais se dizem em latim para escapar aos fracos e aos ignorantes. Lembrando a mãe de François Villon: "Mulher sou e nada sei letras nem lobos". Ela se instrui olhando os vitrais e os afrescos da igreja paroquial. Não tendo acesso às letras, os humildes e as mulheres da cristandade tinham a imagem, da qual o islã os privava (PERROT, 2007, p. 91).

Perdurou entre os séculos X e XII o dever da mulher de cuidar única e exclusivamente do lar, sem direito a educação formal. A única exceção para isso eram as mulheres da nobreza e as que detinham posses. No século XII, com o surgimento da universidade, nem mesmo as nobres e que tivessem posses podiam frequentar. Estas eram admitidas em conventos, onde eram educadas (PATTI, 2004). Sendo assim, mesmo a educação primária, básica e essencial, como ler e

escrever, era privada da grande maioria das mulheres e a educação superior e profissional era privada de todas elas.

Nesse ponto de vista, a Reforma protestante é uma ruptura. Ao fazer da leitura da Bíblia um ato e uma obrigação de cada indivíduo, homem ou mulher, ela contribuiu para desenvolver a instrução das meninas. Na Europa protestante do Norte e do Leste espalharam-se escolas para os dois sexos. E constata-se, na França, uma dissimetria sexual na alfabetização entre um lado e outro da linha Bordeaux/Genebra. A instrução protestante das meninas teria consequências de longa duração sobre a condição das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão, as relações entre os sexos e até sobre as formas do feminismo contemporâneo [...] (PERROT, 2007, p. 91).

Desta forma, a influência da religião, que contribuía tão negativamente para posição das mulheres na sociedade, também demonstrou uma influência positiva para que pudessem dar um passo adiante no caminho para a sua independência, ideia que ainda era repudiada por muitos que acreditavam que as mulheres deveriam ter uma educação inferior à dos homens, isto é, segundo PERROT (2007, p. 93), “[...] educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma [...]”.

O próprio intuito da Reforma protestante de educar a todos era com finalidades diferentes para homens e mulheres, de acordo com os seus papéis desenvolvidos naquela época. A respeito disso, aduz Carrion (1985, p. 38):

A preocupação com a educação será primordial com os reformistas protestantes. Para Lutero, por exemplo, "seriam necessárias em todos os lugares escolas para nossos filhos e nossas filhas, a fim de que o homem se torne capaz de exercer convenientemente sua profissão e a mulher de dirigir a sua casa e dar uma educação cristã a seus filhos".

Mesmo assim, apesar de que educá-las fosse algo feito, primeiramente, em prol da religião e não necessariamente em favor do aprendizado das mulheres, permitir que obtivessem conhecimento foi um fato primordial que contribuiu diretamente para os seus direitos.

5 A CAÇA ÀS BRUXAS

A partir do século XV, o movimento de repressão religiosa denominado de "caça às bruxas" ganhou grandes proporções, se espalhando pelo mundo, durante a Inquisição, promovida pela Igreja, que perdurou por mais quatro séculos e ficou marcada pela morte de milhares de pessoas, mas principalmente mulheres. O objetivo era encontrar os chamados "hereges" para serem queimados vivos em fogueiras por cometerem atos considerados reprováveis pela Igreja, que se desviavam do que ela pregava.

Primeiros fogos de um incêndio que iria abrasar a *Europa das feiticeiras*, sobretudo depois da publicação do *Malleus maleficarum*, dos dominicanos Kraemer e Sprenger em 1486, que teve um sucesso enorme, aproximadamente vinte edições em trinta anos. Essa enquete, encomendada pela Inquisição, pretendia, ao mesmo tempo, descrever as feiticeiras e suas práticas e dizer o que convinha pensar sobre elas. E devia-se pensar o pior, o que justificava sua condenação ao fogo purificador. Elas foram maciçamente presas e queimadas, principalmente na Alemanha, na Suíça e no leste da França atual (Lorena, Franche-Comté), mas também na Itália e na Espanha. Estima-se em cem mil o número das vítimas, sendo 90% de mulheres. A onda de repressão, iniciada ao final do século xv, e da qual Joana d'Arc, de certo modo, foi vítima, exacerbou-se nos séculos xvi e xvii. Fato desconcertante, pois coincide com o Renascimento, o humanismo, a Reforma. Os protestantes concordavam com os católicos que as feiticeiras eram nocivas [...] (PERROT, 2007, p. 88-89).

Auxiliar na realização de partos e confeccionar remédios, coisas que elas eram muito boas em fazer, poderia ter sido um pontapé inicial para que as mulheres comesçassem a trabalhar fora do âmbito doméstico. Entretanto, com a reprovação da Igreja, esses atos foram reprimidos fortemente e elas foram torturadas e queimadas vivas em fogueiras, acusadas de bruxaria.

As descobertas científicas que avançaram no Renascimento, provocaram uma vasta mudança na Idade Média, influenciando na posição social das mulheres, visto que passaram a participar, auxiliando nos partos e também confeccionando remédios à base de ervas. Nessa época, essa ajuda era realizada por mulheres denominadas curandeiras. No entanto, o Clero ao exercer o poder de jurisdição com base nos princípios do cristianismo (período denominado de "caça às bruxas"), concebia as mulheres curandeiras como bruxas, as quais foram julgadas, presas e condenadas à morte, queimadas vivas nas fogueiras da inquisição (CAMPOS, 2010 apud CHAGAS E CHAGAS, 2017, p. 3).

Qualquer ato de autonomia das mulheres, seja nos aspectos sociais, políticos, religiosos ou sexuais, foi condenado como ato de heresia, que feria os ensinamentos cristãos. Um exemplo disso foi a perseguição e condenação das beguinhas.

Um dos movimentos mais interessantes foi o das beguinhas. Eram comunidades de mulheres que viviam juntas, num mesmo abrigo, de esmolas, mas principalmente dos salários ganhos pelo trabalho de cuidar de doentes ou pelo ofício de tecelãs. Foram particularmente numerosas na Alemanha e em Flandres, onde havia um excesso de mulheres sozinhas, o que suscitava uma "questão das mulheres": *Frauenfrage*. Podem-se, ainda hoje, admirar os trabalhos realizados por elas em Bruges ou Amsterdã, tão cheios de encantos. Sem vínculo com as ordens religiosas, essas mulheres não eram submetidas a qualquer controle e por isso eram consideradas perigosas. A Inquisição as perseguiu: foi o que ocorreu com Marguerite Porete, mística culta e autora do *Miroir des âmes simples et anéanties*, tratado do livre pensar, no qual ela ousava expressar concepções teológicas, dizer que o amor de Deus não passava necessariamente pelos sacerdotes. Ela compareceu diante do tribunal da Inquisição em Paris e foi queimada em 1310 [...] (PERROT, 2007, p. 88).

Uma perseguição muito maior às mulheres já era o esperado, levando em consideração como eram vistas e tratadas pela religião e pela sociedade em relação ao homem. Elas eram como objetos, propriedade de seu marido, sem direito a ter suas vontades ou opiniões próprias e assim deveriam continuar sendo caso não quisessem queimar nas fogueiras e receber o castigo divino por seus pecados.

Se formos ao Antigo Testamento encontraremos a assertiva “Crescei e Multiplicai-vos” sem qualquer alusão à fidelidade biológica. Entretanto na 66 tábuia dos “Dez Mandamentos”, entre os demais leremos: “Não cobiçai a mulher do próximo”, dispensável dizer que a ausência de um mandamento que previsse a mesma lei em que a mulher fosse o agente ativo, apenas exprime que a mulher não tinha propriedade sobre o homem, sendo apedrejada ou morta na fogueira como bruxa caso cometesse o adultério. Neste mandamento o que se pretende proteger não são os interesses da mulher do próximo, mas o direito de propriedade do marido sobre a mesma em consequência da instituição matrimonial [...] (CAMPOS, 2010, p. 65-66).

Perseguir mais as mulheres do que os homens também já era algo previsível devido ao fato que, como eram vistas como propriedade do marido, quase não possuíam direitos.

[...] mesmo durante o Iluminismo, os seus principais mentores intelectuais como o francês Jean-Jacques Rousseau ou o liberal inglês Thomas Locke, não consideravam as mulheres como seres titulares de direitos. A Declaração de Independência Americana (1776) não contemplava as mulheres assim como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) resultante da Revolução Francesa. Estes foram os primeiros e únicos documentos de declaração de direitos humanos da História ocidental até a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) promulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em Paris após a Segunda Guerra Mundial. E foi sem direitos de cidadania que as mulheres, bruxas ou não, chegaram ao século XX (CAMPOS, 2010, p. 69).

Mais de três séculos de duração foi tempo mais do que suficiente para que o movimento da caça às bruxas oprimisse mais ainda um grupo de pessoas que já era muito oprimido, fazendo com que a imposição dos valores religiosos, considerados como os únicos corretos pela Igreja na época, e o medo moldasse o seu comportamento através dos séculos.

Quando cessou a caça às bruxas, no século XVIII, houve grande transformação na condição feminina. A sexualidade se normatiza e as mulheres se tornam frígidas, pois o orgasmo era coisa do diabo, e portanto, passível de punição. Reduzem-se exclusivamente ao âmbito doméstico pois sua ambição também era passível de castigo... É com a caça às bruxas que se normatiza o comportamento de homens e mulheres europeus, tanto na área pública, como no domínio privado (MURARO, 1993, p. 16-17 apud PATTI, 2004, p. 29).

Durante esse período histórico, mais uma vez a religião se mostrou uma grande formadora de opinião, influenciando no modo de pensar e no comportamento de pessoas do mundo inteiro, reforçando o histórico de opressão das mulheres já tão enraizado na cultura. Elas temiam não só o julgamento de Deus, mas também do ser humano, algo que foi se amenizando com o passar do tempo, mas que pode ser observado até os dias atuais.

6 O INGRESSO NO TRABALHO

Seria incorreto afirmar que as mulheres nunca trabalharam pois estas, desde o começo da humanidade, vêm exercendo um trabalho que é interminável, exaustivo, porém menosprezado. O trabalho doméstico. Nas palavras de Perrot, (2007, [p. 109 ou 110]):

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração [...]

Ainda a respeito disso, Perrot (2007, p. 115):

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. E um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O

pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e em seus agentes.

A criação e educação dos filhos também poderia ser considerado como um trabalho invisível já que isso se tornou fonte de trabalho assalariado para muitas pessoas (babás), assim como os chamados "empregados domésticos" com o serviço doméstico. Ambos são considerados pela sociedade como "trabalhos femininos" nos quais a grande maioria dos que exercem as profissões são mulheres, justamente em razão dos preconceitos de gênero e da visão que sempre acompanhou as mulheres de que cuidar do lar e dos filhos é dever dela.

6.1 A Revolução Industrial

A partir do século XVIII, com a chegada do capitalismo e da Revolução Industrial, ocorreram diversas mudanças na sociedade e, principalmente, na área do trabalho. Essas mudanças compreendiam não somente os homens, mas também as mulheres, e até mesmo as crianças. Neste período, ocorreu uma drástica redução no salário dos homens e, em contrapartida, um grande aumento na demanda de mão de obra para trabalhar nas fábricas e indústrias. Como o homem era o único que trabalhava para sustentar a família e arcar com as despesas da casa, as famílias começaram a encontrar dificuldade para garantir a sua subsistência. Desse modo famílias inteiras passaram a ingressar no mercado de trabalho, incluindo as crianças, para tentar ter a renda que apenas uma pessoa obtinha anteriormente (BOTTINI e BATISTA, 2013).

[...] Isto mudou radicalmente a vida das mulheres, já que elas passaram a executar dupla jornada de trabalho. No âmbito doméstico continuaram a cumprir com as funções de reprodução e, na fábrica passaram a desenvolver as atividades precarizadas em funções multitarefas. As mulheres, assim como os homens operários, eram condenadas ao trabalho em razão das necessidades impostas pela subsistência (BOTTINI e BATISTA, 2013, p. 4).

Essa mudança foi muito vantajosa para o empregadores pois, mesmo que as mulheres também trabalhassem cargas horárias altíssimas, entre 14 e 18 horas, sob o pretexto de que o homem é quem deveria ganhar dinheiro para

sustentar a família e a mulher cuidar do lar, elas recebiam salários muito inferiores ao dos homens (PROBST, 2003).

Sobre isso, segundo Leite (1994, p. 37):

Com efeito, a educação e o treinamento eram executados por homens e para homens; a remuneração do trabalho feminino foi tradicionalmente comprimida por uma perversão da lógica segundo a qual a mulher não precisa ganhar o quanto o homem porque, afinal, ela deve ser por ele sustentada.

Entretanto, segundo Chagas e Chagas (2017, p. 3-4) "[...] mesmo recebendo salário menor que os homens, passaram a ocupar outra posição social, a de trabalhadora". Isto é, mesmo claramente em desvantagem e em condições evidentemente inferiores às aquelas oferecidas aos homens, as mulheres obtiveram mais uma grande conquista que influenciou em seu direito de autonomia.

6. 2 I e II Guerras Mundiais

Precedendo a Revolução Industrial, as I e II Guerras Mundiais (1914 - 1918 e 1939 - 1945, respectivamente) foram marcos históricos de extrema importância para a inserção e consolidação das mulheres no mercado de trabalho. Os homens que precisaram deixar suas casas para irem lutar nas guerras também deixaram suas obrigações "masculinas" e cargos no mercado de trabalho vazios, que logo foram preenchidos por suas esposas e filhas (PROBST, 2003).

Durante a guerra, esquecem-se os preconceitos e as diferenças, a mulher sendo chamada a substituir o homem no mercado de trabalho, sobretudo na indústria bélica. Para facilitar seu trabalho fora do lar, o Estado organiza uma importante infraestrutura social (creches, trabalho em tempo parcial, etc.). [...] (CARRION, 1985, p.87).

Mais uma vez as mulheres demonstraram que possuíam valor para o mercado de trabalho e provaram que tinham capacidade de realizar as mesmas tarefas que a sociedade antes pensava que apenas os homens eram capazes de realizar. Demonstraram que não havia uma só tarefa "masculina" que o sexo feminino não pudesse desempenhar.

A Primeira Guerra Mundial, por exemplo, que, por sua duração e sua intensidade dramática, foi um verdadeiro teste para a diferença dos sexos.

De interpretação difícil, ainda por cima. A primeira vista, até mesmo em sua simbologia, ela reforça a ordem dos sexos, com os homens na frente de batalha e as mulheres na retaguarda. Eles combatem; elas lhes dão suporte, os substituem, cuidam deles, esperam e choram por eles. Mas, ao mesmo tempo, elas se imiscuem em lugares e tarefas masculinas nas quais se saem muito bem. Conduzem arados, automóveis e bondes. As "municionetes" manipulam obuses nas fábricas de armamento. As mulheres gerenciam seu orçamento, aprendem a lidar com dinheiro, recebem melhores salários. Fazem greve por seu aumento: em 1915, em 1917, manifestam-se em Paris, por iniciativa própria. Vão e vêm, fumam, tomam liberdades. [...] (PERROT, 2007, p. 143-144).

Foi durante a Segunda Guerra que, mais precisamente no ano de 1943, que surgiu a famosa imagem inspirada em Geraldine Hoff Doyle, com os dizeres "We can do it!" ("Nós podemos fazer isso!"). A imagem era uma propaganda para uma fábrica, com o intuito de estimular as mulheres a trabalharem nas atividades que eram exercidas exclusivamente pelos homens e ingressarem no mercado de trabalho. Mais tarde, a imagem se tornou um símbolo feminista para demonstrar que as mulheres, assim como os homens, conseguem fazer o que quiserem, afastando a ideia errônea de que o sexo feminino seria o "sexo frágil".

Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos (PROBST, 2003, p. 2).

Ainda nesse sentido, Perrot (2007, p. 144):

Após a guerra, há uma vontade de restaurar a antiga ordem: nacional, com a *Chambre "bleu horizon"* [Câmara "azul celeste"], nacionalista e conservadora; e familiar. Os homens, quando retornam, tentam recuperar suas prerrogativas: no trabalho, onde as mulheres muitas vezes devem ceder-lhes o lugar, no lar, onde os reencontros se mostram difíceis para os cônjuges que tinham ficado separados. Os divórcios tornam-se numerosos. Decididamente, nada mais será como antes. Os "Anos Loucos" tentam virar a página e mostram a profundidade da "crise de identidade sexual" (André Rauch), para os homens, perturbados, mais do que para as mulheres, conquistadoras, de cabelos e vestidos curtos. As mulheres parecem, sob o ângulo da igualdade, as principais beneficiárias da guerra que, no final das contas, acelerou uma evolução começada anteriormente, na *Belle Époque*.

Assim como durante a guerra, o pós-guerra também demonstrou muitas vantagens e oportunidades para a evolução da mulher no mercado de trabalho e para a sua socialização, o que estimulou ainda mais a busca por igualdade através dos movimentos sociais.

O progresso técnico que se seguiu à II Guerra Mundial mudou os lares, pois novos eletrodomésticos e produtos prometiam facilitar a rotina da dona de casa que, nos anos 1960, já podia controlar o número de filhos com a pílula anticoncepcional. Com, supostamente mais “tempo livre” e mais produtos para comprar, muitas foram incentivadas a voltar ao mercado de trabalho, sem esquecer-se das tarefas domésticas (PELEGRINI E MARTINS, 2010, p. 58).

A respeito da inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho, Pelegrini e Martins (2010, p. 58):

A incorporação da mulher ao mercado de trabalho acelera-se a partir do final do século passado, mais precisamente entre as décadas de 20 e 70, acompanhando os processos de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. De acordo com Wong (2005, p. 70): “Nas décadas 70 e 80 as mais inquietas passaram a administrar negócios legados pelos pais - butiques, bombonieres, lojas de louças, etc. alguma coisa com a qual pudessem se ocupar. Logo o que parecia passatempo virou algo muito sério.”

Mesmo ainda estando longe de conquistar a completa equiparação entre os gêneros, através da história, as mulheres foram conquistando cada vez mais o seu espaço, aos poucos provando para o mundo e para si mesmas que eram capazes de exercer as mesmas funções que os homens e, assim, foi ficando mais evidente que diferença entre os gêneros não diminuía a sua capacidade e competência, seja no mercado de trabalho ou em qualquer outro aspecto de sua vida.

7 CONCLUSÃO

O caminho percorrido pelas mulheres sempre foi tortuoso e cheio de espinhos. Todo o histórico de opressão do sexo feminino contribuiu para as diferenças de tratamento entre os gêneros que ainda podem ser observadas atualmente.

Fazendo uma comparação com os tempos passados, é possível dizer que as mulheres percorreram um longo caminho. Entretanto, também é verdade que ainda falta muito para alcançarem tão sonhada equiparação entre os sexos.

Os movimentos sociais, a criação de leis e como a mulher passou a ser vista com mais humanidade, menos como propriedade e provando o seu valor

através do trabalho, foi de grande influência para que hoje houvesse melhores condições de emprego, isto é, cargos melhores, menos desigualdade salarial e mais espaço nas profissões consideradas anteriormente como apenas masculinas.

Como as mulheres continuam firmes e fortes na sua busca por igualdade, há esperança de que no futuro poderão olhar para trás indignadas, se perguntando como as condições eram tão desiguais e com orgulho de como a situação melhorou graças à luta delas, agradecendo por viverem em um futuro sem tantas injustiças.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tati. **A trajetória de exclusão da educação feminina no Brasil**. 04 set. 17. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2017/09/04/a-trajetoria-de-exclusao-da-educacao-feminina-no-brasil/>. Acesso em: 15 mai. 2020

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BOTTINI, Lucia Mamus; BATISTA, Roberto Leme. **O trabalho da mulher durante a Revolução Industrial Inglesa**. Cadernos PDE. Vol. 1. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_artigo_lucia_mamus_bottini.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020

CAMPOS, Andrea Almeida. As bruxas retornam... Cacem as bruxas! (um argumento para o controle histórico da sexualidade feminina). **Revista Espaço Acadêmico**. jan. 10. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9151>. Acesso em: 28 jun. 2020

CARRION, Suzana Albornoz Conceição. **Na Condição de Mulher**. Rio Grande do Sul: Gráfica Universitária da APESC, 1985.

CHAGAS, Leticia; CHAGAS, Arnaldo Toni. A posição da mulher em diferentes épocas e a herança social do machismo no Brasil. **Psicologia.pt**. 23 jul. 17. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1095.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lucia de. As mulheres e a Igreja na Idade Média. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, 2014. Disponível em: <http://ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/viewFile/38/34#:~:text=RESUMO%3A%20Essa%20pesquisa%20est%C3%A1%20centrada,o%20bruxo%20ou%20a%20bruxa>. Acesso em: 01 jul. 2020

LEITE, Christina Larroudé de Paula. **MULHERES**: Muito além do teto de vidro. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1994.

PATTI, Elci Antonia de Macedo Ribeiro. **O que pode uma mulher?** São Paulo: UNESP, 2004.

PELEGRINI, Jordana; MARTINS, Silvana Neumann. A história da mulher no trabalho: da submissão às competências. Um resgate histórico e as gestoras lajeadenses neste contexto. **Revista Destaques Acadêmicos**. ano 2, n. 2, 2010. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/65/63>. Acesso em: 01 jul. 2020

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2. set. 15. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 06 mai. 2020

SOUZA, Sandra Duarte de. Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas. **Portal Metodista**. v. 13, n. 13, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5538/4530>. Acesso em: 27 jun. 2020